

Artigos

Um novo paradigma para o *homo economicus*

ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA
MARILIS DE CASTRO MULLER

Resumo: No período paleolítico o *homo habilis* vivia num estado pré- econômico, buscando na natureza a satisfação de suas necessidades num sistema equivalencial de autoprodução, autoconsumo e autodistribuição. Diante das adversidades evolutivas sobreviveu a espécie mais criativa, o *homo sapiens*, que passou a modificar a natureza intencionalmente para obtenção do bem que lhe era ausente. A valoração da natureza, transformada em mercadoria pelo trabalho humano, passou a ser medida pela quantidade de tempo que o indivíduo despendia para a produção de um bem, numa quantidade de tempo e com um tipo de técnica, numa determinada época. Essa valoração deu origem aos sistemas econômicos e às suas respectivas instituições, que principiaram por formas comunitárias, passaram às escravistas, feudais, socialistas e capitalistas. No Brasil, o escravismo perdurou por mais de três séculos, gerando toda a sorte de injustiça social que ainda hoje se faz presente. E do ranço colonialista não se livra, só hospeda outra metrópole, pois se libertando do mercantilismo de monopólio de Portugal agora se assujeita ao mercado financeiro monopolista. Esse *Homo economicus*, territorializado pelo neoliberalismo, precisa se resignificar e um bom paradigma é o ecosófico.

Palavras-chave: Sistemas econômicos. Capitalismo. Crítico. Ecosofia.

A NEW PARADIGM FOR THE HOMOECONOMICUS

Abstract: In the Paleolithic period *homo habilis* lived in a pre-economic state, looking for in nature the satisfaction of HIS needs in an equivalential system of self-production, self-consumption and self-distribution. Before evolutionary adversities, the most creative species survived, *homo sapiens*, which began to intentionally change nature in order to obtain good that was absent. The nature's value, transformed into a commodity by human work, began to be measured by the amount of time that the individual spent for the production of a good, in an amount of time and with a technique type, in a certain time. This valuation gave rise to the economic systems and their respective institutions, which began with community forms, passed to the slaveholders, feudal, socialist and capitalist. In Brazil, slavery lasted for more than three centuries, generating all sorts of social injustice that is still present today. And of the rancidity colonialist does not get rid, only hosts another metropolis, for freeing itself from the mercantilism of monopoly of Portugal now is subordinated to the monopoly financial market. This *homo economicus*, territorialized by neoliberalism, needs to resignify and a good paradigm is the ecosophic.

Keywords: Economic systems. Capitalism. Critical. Ecosophy.

Introdução

Desde a pré-história o homem busca a satisfação de suas necessidades na natureza, com a diferença de que o *homo habilis* não a modificava para tanto, simplesmente colhia-lhe o fruto com suas mãos. Era o período pré-econômico dos coletadores em que reinava a abundância. A disputa por alimentos e espaço fez com que algumas espécies do gênero *homo* se extinguissem enquanto outras se firmassem, tal como o *homo sapiens*, surgido há 150 mil anos. Essa espécie criativa se impôs sobre as demais e também sobre a natureza, passando a modificá-la para satisfação de suas necessidades, dando início às relações de produção. Quando essa mesma espécie passou a desejar algo que lhe era ausente, precisou atuar sobre a natureza, modificando-a para obtenção da coisa necessária. E, transformando natureza em um produto humano, oriundo do trabalho, inaugurou a fase econômica propriamente dita. Do período paleolítico à modernidade a valoração desse produto ensejou distintos sistemas econômicos e distintas instituições. Os primeiros sistemas foram os das práticas comunitárias primitivas, depois escravistas, feudais, socialistas e, atualmente, o capitalista. Esse artigo, partindo de uma breve sondagem histórica realiza uma crítica ao capitalismo. Desse sistema, principalmente de sua versão neoliberal, que já não se ocupa da realidade, mas somente da instituição do mercado, considerando que o ser humano já não tem necessidades. Essa espécie, considerada por HIMKELAMMERT (*Apud Dussel, 2016, p. 86*)¹, como uma carteira ambulante que tem como bússola um computador que só contabiliza juros, é, numa ordem conceitual econômica, o *Homo economicus*. E é dela que se precisa evoluir para garantir a vida no planeta.

Economia no paleolítico

“Não é grande coisa, esse tal desejo. É a cenoura na frente do burro. Ele (eu, você...) não alcança a cenoura. Mas faz seu caminho aparentemente atrás dela, sem perceber que não é a cenoura que

¹ HIMKELAMMERT, F. *Sacrificios humanos y sociedad occidental: Lucifer y la bestia*. San José: DE, 1991 (Trad. Port: *Sacrificios humanos e sociedade occidental: Lúcifer e a Besta*. Pulos, São Paulo, 1995.p. 188.

o conduz: é seu desejo de cenoura que inventa o percurso.” (KEHL *Apud* NOVAES, 2015)²

A economia já foi de abundância. Pelo menos por hipótese. Há 4 milhões de anos surgiu o *homo habilis* que derivou em outras diversas espécies de homínídeos que conviviam e disputavam espaço e alimentos, devendo se adaptar a diversas situações ambientais, geográficas, climáticas.

As espécies do gênero *Homo* impuseram-se sobre as demais, extinguindo algumas e propiciando o surgimento de outras novas, tal como o *homo sapiens*, há 150 mil anos. Esse homem paleolítico que se diferenciava dos antecessores pela criatividade se expandiu do centro e oeste da África para toda a terra, para chegar a Europa e América entre 30 mil a 50 mil anos. Vivía em comunidades nômades, em regime de equivalência, no qual produzia, geria o excedente da produção, num processo de autoprodução e auto-distribuição, de modo que o produto não se transformava em mercadoria.

À economia interessa porque é um ser vivo dotado de um metabolismo que consome energia e outros insumos materiais, devendo repô-los para não sucumbir à sua falta. Seu sistema cerebral registra a dor como sinal de alerta de falta de energia ou alimento, fazendo com que ele os reponha. É o sistema límbico que o faz perceber essa falta como uma negatividade primária e o faz buscar a satisfação na reposição da energia consumida. Essa informação é registrada ainda na memória cultural, permitindo-lhe ter consciência do que lhe é necessário para a preservação da vida.

A vida consome energia e isto demanda reposição. Diante dessa dinâmica o ser humano passa a ser referência para o campo econômico, posto que economiza energia para repô-la, em seguida, com o mínimo esforço para a perpetuação da vida.

O humano vê tudo que o rodeia como “satisfatores”³ dessas necessidades, segundo DUSSEL⁴, e, fenomenologicamente, ao constituir as coisas como tal, dá às mesmas a capacidade de negar a negação. Se a fo-

² KEHL, Maria Rita. A utopia da cura em psicanálise. In: NOVAES, Adauto. *Org. Utópico - o novo espírito*. Artepensamento. Rio de Janeiro. 2015.p. 83.

³ Meios para satisfazer

⁴ DUSSEL, Enrique, *16 tesis de economía política*. Interpretación filosófica, Siglo XXI Editores, México, 2014, p. 4

me é negação (falta de alimento), comer é negar a negação, afirmando o satisfator enquanto tal, por conseguinte, afirmando a vida. O suprimento das necessidades acaba sendo uma exigência ética ou normativa fundamental dos sistemas econômicos.

A coisa constituída como satisfator é denominada, desde Aristóteles como valor de uso. A coisa real em sua propriedade de coisa, mediando o consumo pra supressão de uma necessidade. A coisa transformada no conteúdo do consumo. Para tanto é necessário o vivente, sem a consciência de uma necessidade, não há valor de uso, apenas a coisa em suas propriedades físicas. Consumir a coisa significa negá-la em sua propriedade de coisa para incorporá-la pelo seu valor de uso. O pão, numa dialética de necessidade-utilidade, quando ingerido, já não é mais pão, é repositivo de energia, consequentemente perpetuador da vida.

Se a coisa, em propriedade física, já existe na natureza, pode ser usada em seu valor de uso; entretanto, também pode ser produzida, plantando-se uma semente que dará uma árvore de onde se colherão frutos. Neste caso, será um produto humano que tem valor de uso produzido, e, por ser fruto de um trabalho, agrega outro tipo de valor.

Na satisfação de uma necessidade o sujeito repõe a energia e o ciclo vital primevo é cumprido. É um período pré-econômico, quando ainda não há trabalho, produção, modificação do ambiente natural e intercâmbio: a coisa já está à disposição no ambiente, basta tomá-la à mão, consumi-la e incorporá-la. É a fase que DUSSEL⁵ denomina de economia de abundância, paraíso anterior à economia, dos coletadores e caçadores do Paleolítico. Ainda assim, a tem como postulado, já que tal estado de natureza dificilmente teria existido, pois uma extração difícil ou a caça a um animal muito veloz, já pressuporia trabalho.

Esse ciclo vital originário (vivente - satisfator - consumo) sempre teve um ator coletivo, quer seja uma comunidade, um clã, uma tribo, uma família, mas nunca um indivíduo isolado, tal como postula o individualismo de Adam Smith.

Foram as relações práticas comunitárias, institucionais ou não, como as linguísticas, de família e parentesco, amizade, adesão, participação em sociedades que deram início à vida econômica, e não o individualis-

⁵ Enrique, *16 tesis de economía política*. Interpretación filosófica, Siglo XXI Editores, México, 2014. p. 7.

mo metafísico de Hobbes, em que indivíduos egoístas competiriam em um hipotético estado de natureza, conforme postula Adam Smith. A competição não seria possível se os oponentes não estivessem num mesmo campo, falando a mesma língua, disputando bens comuns para projetos de vidas semelhantes. Portanto, a premissa da qual parte Adam Smith é falsa posto que a competição por ele postulada pressupõe por si mesmo uma condição ontológica de comunidade, um substrato onde se desencadeia não só a constituição, mas a afirmação desse sujeito competitivo. Ademais, verifica-se que, historicamente, a vida em comunidade se organizava num sistema equivalencial, gerenciando o necessário e o distribuindo equitativamente.

As relações de produção principiaram no momento em que o homem atuou natureza para produzir algo que não existia, ainda num estado ainda pré-econômico. O novo era um produto fruto da poiese (da criação), alimentada pela tékhne – arte, hábito instrumental da alma grega – de saber como fabricar os produtos, que passaram a agregar o valor do trabalho humano.

O sujeito desejava um objeto que lhe era ausente, isso fazia com que modificasse a natureza a fim de obtê-lo, produzindo o bem ausente numa intenção poiética. Nesse processo de produção a mera coisa real material era transformada em produto, pela agregação do trabalho humano. Nisso o trabalho era objetivado, colocando-se numa nova determinação da coisa real. O fruto do trabalho (até então subjetivo) se tornava real em produto (objetivo).

O trabalho subjetivo, ainda não subsumido em um sistema produtivo concreto é denominado por Marx de trabalho vivo. O sujeito tem necessidade, porém, não tem os satisfatores, de modo que sua mão se transforma em sujeito produtor, em sujeito do trabalho, mas de forma indeterminada, sem objetivar-se em produto. A partir do momento que se objetiva, torna-se trabalho objetivado, configurando a primeira excisão entre o ser e o ente.

Este é o ponto de partida de todo campo produtivo e econômico. O trabalho produz o satisfator, bem ou coisa útil, concretizando-se como conteúdo de uma necessidade humana, útil e por isso, um objeto cultural. Na medida em que é fruto de trabalho humano, nele objetiva a vida humana, agregando-lhe valor. Como o processo de trabalho correspon-

de a uma necessidade humana, diz-se que o sujeito de trabalho produz o sujeito do consumo.

No período paleolítico o trabalho não era individual, era o trabalho de um singular dentro de uma comunidade. Isso desencadeou o estabelecimento de sistema de trabalhos diferenciados de acordo com habilidades e perícias distintas, organizados pela própria comunidade, principiando a divisão técnica do trabalho.

O produto do trabalho humano é denominado valor, enquanto dá-se o nome de valor de uso à coisa que já está à disposição na natureza. Para ser valor, enquanto produto, deve ser útil ou consumível e ser produzido pela atividade humana. Na natureza não há produto, só haverá na medida em que seja modificada pela ação humana, transformando-se em cultura. A economia é parte do mundo cultural, enquanto o valor de uso é matéria do consumo.

O produto, fruto da atividade humana, compõe o campo econômico, desencadeando as relações produtivas, que divergem das relações práticas ou sociais. As relações práticas eróticas, pedagógicas ou políticas podem ser imediatas, as econômicas, no entanto, são necessariamente mediada pelo produto, fruto do trabalho humano, objeto da necessidade de outro humano. Requerem a transformação da natureza pelo trabalho, para a produção, reprodução e crescimento da vida humana. A estrutura econômica se dá no cruzamento entre relações produtivas e práticas sociais.

Nos clãs, tribos, comunidades a práxis comunitária se estabelecia numa estrutura equivalencial, os membros produzindo e gerenciando a troca em igualdade de distribuição e participação, sem diferenças na apropriação dos excedentes dos bens.

Um sistema de justiça que fica na memória como uma utopia originária.

Economia no neolítico

O período neolítico principia com as tribos nômades do deserto ou das estepes num sistema equivalencial, cujo modelo igualitário não se sustenta ao longo da história.

Com o início da cultura urbana se engendraram as primeiras instituições (família, religião, Estado) e dentre estas, as econômicas e com elas o lucro. O ser humano, ao produzir mais bens do que necessita para o consumo imediato, gerava um excedente de produção que se acumula como riqueza da comunidade.

Nas comunidades e tribos os atores que produziam eram os mesmos que geriam o patrimônio, uso e consumo, e o faziam de forma igualitária. Na expansão das comunidades pelo planeta houve uma maior disputa sobre recursos que se escasseavam, desencadeando, igualmente, maior necessidade de obtenção dos mesmos, o que levou à multiplicação dos ofícios e das técnicas artesanais. Os coletadores se transformaram em pequenos agricultores, os caçadores em pastores e as aldeias em pequenas cidades, sufocando o sistema igualitário, produzindo desigualdades.

O desenvolvimento civilizatório levou ao estabelecimento de relação de troca e apropriação dos produtos, tendo cada produtor, reciprocamente, necessidade do produto produzido por Outro. Essa relação de apropriação mútua transformou o produto em mercadoria, que não mais seria doada, mas sim vendida.

O produto do trabalho humano, como satisfator de uma necessidade (antes inexistente) em relação de troca (venda), adquire valor de troca. A coisa produzida, quando inserida no campo econômico, ganha sentido de objeto econômico: produção de um bem como mercadoria para aquisição por outro membro da comunidade.

O valor de troca é uma medida quantitativa e inaugura a fase econômica propriamente dita. A intercambialidade entre as mercadorias – produto do trabalho humano com intenção de consumo de Outro que dela necessita – marca o campo econômico. A produção do valor de uso e sua distribuição para troca no mercado, abandona o campo econômico (no sentido da subsunção corporal da mercadoria com valor de uso) para adentrar no consumo, que é a finalidade material do processo econômico: afirmação, reprodução e crescimento da vida humana.

Para mediar a troca de mercadorias foi criado o dinheiro (ou coisa com valor equivalente) como uma terceira mercadoria, utilizada como medida de equivalência entre os produtos úteis, para que as trocas fossem justas, igualitárias.

Nas economias tradicionais o dinheiro media com seu próprio valor de troca o valor das demais mercadorias, numa relação de equidade. No século IX DC, foi criado na China, o dinheiro impresso, cujo valor era estabelecido por convenção e garantido pelo Estado, primeiramente com respaldo em ouro. Nisso o valor do dinheiro deixou de ter seu valor de troca intrínseco, como ouro e prata, e, a mudança para um valor convenicionado para a troca de uma mercadoria, dá ensejo ao preço. Quando o referencial do valor do dinheiro muda, quando não é mais o intrínseco, pode ser acumulado infinitamente.

Antropologicamente, o fundamento da medida do valor é a quantidade de tempo empreendido por um trabalhador, para produzir certa quantidade de valor de uso, num tempo médio de produtividade e técnica exigidos, numa certa época. As alterações no modo de produção e apropriação de excedente implicarão em distintos sistemas econômicos.

O campo econômico pelo qual transita o ser humano é institucionalizado em diversos sistemas, que, por sua vez, apresentam estruturas, instituições e práticas sociais próprias que organizam seus momentos funcionais por divisão do trabalho, como unidade teleológica, podendo ou não coexistir no tempo e no espaço. No campo econômico de um mesmo Estado pode existir um clã funcionando em sistema de equivalência e, num território, um sistema capitalista.

Os sistemas vão se estruturando segunda a forma de produção, gestão, apropriação e consumo do excedente. Assim, estruturaram-se primeiramente em práticas comunitárias primitivas, depois em escravismo, em feudalismo, socialismo e no atual capitalismo, que vem devorando a humanidade, num processo de desenvolvimento quantitativo e tecnológico dominado por 1% (um por cento) da população planetária em detrimento aos demais.

Economia na civilização

No terceiro milênio aC, é descoberto, no sul da Ásia, o bronze, uma liga de cobre e estanho fartamente utilizada na fabricação de ferramentas, armas e utensílios. Sua ampla utilidade fomenta sua comercialização, fazendo da Suméria um grande centro de conhecimento, marcando-a, por

isso, como berço da civilização – Idade do Bronze. O comércio do bronze exigia transporte marítimo, cuja arte de construção de barcos foi dominada pelos sumérios, que a estendeu pelo ao mediterrâneo até Creta, dando início à civilização minóica.

Entre 2000 e 1500 anos aC foram descobertos o ferro e aço o que desenvolveu a produção e também a capacidade militar.

Indo europeus e semitas deram origem a civilização ocidental, sendo a região do vale do Nilo a grande expressão civilizatória. O vale era grandemente povoado e de agricultura farta, de modo que o processo de irrigação, controle de rios, a comercialização, foram fatores de união das comunidades urbanas e rurais em torno de interesses comuns, favorecendo intercâmbio de ideias, mercadorias, interesses administrativos, produzindo cultura. A escrita primeiramente utilizada pelos mercadores passou a ser usada para registro de tradições religiosas, da história oral, literatura e poesia, usos e costumes, passando, segundo MOURTHEE⁶, a regulamentar as relações ente as comunidades, quando, pela necessidade de proteger a região, uma passou a liderar as demais.

Estabeleceu-se a civilização egípcia, que vingou até 1069 a.C. O Estado Egípcio tinha 600 anos quando se tentou a formação do 1º Império da Mesopotâmia, que se formou, efetivamente, em XXIII AC, entre a Mesopotâmia, Pérsia, Anatólia, Síria, Palestina. Nesse período duas cidades-estados se destacaram: Assíria e Babilônia, sendo que esta última se tornou a mais importante, sob o reinado de Hamurabi, que tinha por princípio proteger os pobres. As mais significativas mudanças culturais promovidas pelos babilônios foram a renovação política e o direito, com a instituição do Código de Hamurabi, cuja dinastia findou em 1595 a.C. Desenvolveu-se então o Império Hitita que foi devastado pelos povos do mar, destacando-se nesse período, o povo fenício.

Os fenícios saíram de Cartago, sua colônia fundada no século IX a.C na África, e se expandiram até chegar na Sicília, Sardenha (Itália), Córsega (França) e Espanha, construindo sua rede comercial. Ultrapassaram o estreito de Gibraltar chegando à Inglaterra, havendo referências arqueológicas que estiveram no Brasil.

⁶ MOURTHEE, Arnaldo. *História e Colapso da Civilização*: É melhor o incômodo da advertência que a tragédia da ignorância. Editora Mourthé, Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=C0aaCwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false>. (sem paginação).

Cartago foi um grande império marítimo que se estendia da Numí- da até o Estreito de Gibraltar. No século VI rompeu suas relações com a metrópole e tornou-se uma nação rica e poderosa, prosperando suas classes abastadas pelo comércio e exploração de prata e de estanho na Espanha, Grã-Bretanha e África Central, alicerçados por subornos e opressão das massas para manter o domínio plutocrata. Sua grande expansão fez com que os romanos lhe declarassem guerras que perduraram vários anos, terminando com uma carnificina na cidade cartaginense, que findou como uma província romana, cujas melhores áreas foram distribuídas como senatoriais.

Essas guerras surtiram forte impacto no estado romano que acabou incorporando valores e costumes semi-orientais, mudando- lhe a cultura e, conseqüentemente, os aspectos econômicos e sociais: aumento da escravidão de prisioneiros de guerra capturados; desapareção progressiva do pequeno lavrador dado ao cultivo de trigo barato nas áreas conquistadas; empobrecimento de lavradores e operários, substituídos pelo trabalho escravo; o aparecimento de uma classe média composta de mercadores, usurários e “publicanos”, tendo esses últimos contratos governamentais para exploração de minas, construção de estradas e cobrança de impostos; aumento do luxo e da ostentação vulgar, o que fez, de acordo com BURNS⁷, Roma deixar de ser uma república de pequenos fazendeiros para ser a uma nação composta em grande parte de *parasitas e escravos*.

O imperialismo levou a civilização Romana à derrocada, diante do crescimento da grande massa urbana, do desenvolvimento da escravidão, da discórdia entre classes, da corrupção política, pelas invasões bárbaras e do comprometimento de todo o recurso do estado com o aparelhamento militar. Do ano 400, prolongando-se ao 800, teve início o primeiro período da Idade Média e com ele um novo barbarismo. A economia voltou a ser de troca direta e ruralismo, vingando o asceticismo e o desprezo pelo mundo terreno, substituindo as ações sociais normais. Este período foi de grande miséria; não divergindo o declínio da Itália no

⁷ BURNS, Edward McNall. *História da Civilização ocidental do homem das cavernas até a bomba atômica*. 2. ed. 5ª impressão. Editora Globo. SP. 1948. Disponível em: <http://minhateca.com.br/euclides.romano/Documentos/BIBLIOTECA+III/Edward+McNall+Burns+-+Hist*c3*b3ria+da+Civiliza*c3*a7*c3*a3o+Occidental+-+Vol-II,773345292.pdf>. (sem paginação).

século VI com aquele que ocorreu na França, porém um pouco mais lentamente. Na França se estabeleceram feudos ilegais devido à política dos reis merovíngios e carolíngios que concediam benefícios aos seus oficiais, concedendo-lhes terras expropriadas da Igreja e isenções aos condes. As guerras, o banditismo e a opressão fizeram com que os mais fracos buscassem proteção dos vizinhos mais poderosos, dividindo a população em duas classes distintas: aristocratas proprietários e servos.

Foi a Renascença carolíngia, nos anos 800, que deu um novo fôlego à Europa. Nesse período a população voltou a se interessar pela vida terrena e a modificar o ambiente em que vivia. Aproximaram-se das civilizações bizantinas e sarracenas e se fortaleceram economicamente como resultado das invasões nórdicas e da educação monástica. O comércio cresceu nos séculos XI e XII, tendo seu ápice no século XIII.

A morte de Carlos Magno em 800 desencadeou o fim do governo forte construído na Europa Ocidental, dando origem a novas monarquias nacionais, dentre elas a portuguesa, que teve início na luta para a expulsão dos mouros da península ibérica, denominada guerra da Reconquista. Henrique de Borgonha foi um nobre que se destacou durante a guerra e como recompensa casou com a filha de Afonso VI, Rei de Leão e Castela, recebendo terras do condado português. Em 1139, seu filho Henrique de Borgonha, proclamou-se rei de Portugal, rompendo com Leão e Castela, e mais tarde, outro descendente da dinastia, Afonso Henrique, o Conquistador, fez de Lisboa a capital do país. Quando morreu D. Fernando, último rei da dinastia Borgonha, a coroa portuguesa se viu ameaçada de incorporação pelos soberanos de Leão e Castela. A burguesia, temerosa, então, por seus interesses comerciais evitou a dependência de outra Coroa, aclamando D. João, mestre de Avis, meio-irmão do rei morto, como novo rei. Assim, durante toda a dinastia Avis, os reis favoreceram e apoiaram as atividades burguesas.

No final da Idade Média houve um período de grande transformação na Europa por causa das navegações, que tinham por objetivo encontrar uma nova rota para Índia em busca de especiarias. Foi Portugal quem despontou nesse processo devido à burguesia rica, governo estável, situação de paz e localização geográfica. Neste contexto chegou ao Brasil, colonizando-o dentro da perspectiva mercantilista europeia da época: povoando-o para extrair-lhe riqueza atendendo aos interesses ex-

clusivos da metrópole, com um regime de monopólio, instalando um sistema colonial.

Economia no Brasil

A economia brasileira começou com a empresa agrícola, para o comércio do açúcar, alavancada pelo escravismo que perdurou até metade do século XIX. De acordo com FURTADO⁸, aos colonos que se interessavam em vir para a colônia eram ofertados privilégios, tais como terras para fabricar moenda e engenho de água, isenções de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos. Assim, a imigração já se deu sob a forma calcada na propriedade, não permitindo que os colonos se organizassem em comunidades de auto-produção e auto-consumo.

A expansão da economia açucareira demandava larga mão de obra, sendo sua escassez a maior dificuldade dos colonos, de modo que a captura e o comércio de indígenas foram as primeiras atividades dos grupos, afora as do engenho de açucareiro.

A economia ganhou novo impulso com a escravidão dos negros africanos, o que enriqueceu a colônia açucareira, ficando a renda gerada concentrada nas mãos da classe de proprietários de engenho. O capital empregado na mão de obra escrava era aproximadamente de 20 por cento do capital fixo da empresa, sendo que outra parte estava constituída por equipamentos importados. Ademais, a economia açucareira se vinculava aos demais núcleos de povoamento pela compra de gado e de lenha, resultando em que, no engenho, havia praticamente o mesmo número de bois e de escravos. O custo para manutenção do gado era relativamente baixo de modo que 90 % da renda gerada pela economia açucareira ficava para os proprietários de engenhos e de plantações de cana. Parte dessa renda era despendida em importações e artigos de luxo, principalmente na fase da administração holandesa de Nassau. Estima-se que os gastos de consumo alcançassem 600 mil libras, restando igual soma para os senhores de engenho, a qual não era despendida na colônia, o que dá

⁸ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32. ed. Companhia Editora Nacional, SP, 2005.p. 48.

uma ideia acerca da margem de capitalização do período. De outra banda, parte da renda era despendida com os comerciantes (renda de não residentes), demonstrando a coordenação entre as etapas de produção e comercialização, tendente, naturalmente, à superprodução.

Com a instalação da indústria os proprietários tiveram gastos monetários com importação de equipamentos, materiais de construção e de mão de obra escrava, esta última em menor escala, devido à utilização dos escravos mais habilidosos para os serviços mais especializados. A renda era obtida entre a atividade produtiva e exportação (o que a diferia do modelo feudal, que era de atividade interna), sendo a economia de natureza monetária, empenhando-se o empresário em saber como diminuir o custo da produção para aumentar sua renda real.

Diminuindo a procura externa, enfraquecia a economia pelo atrofiamento do setor monetário sem representar crise econômica. Desta feita, a economia açucareira do Nordeste passou por três séculos de depressões sem sofrer uma significativa mudança estrutural.

A expansão da economia açucareira resultou na necessidade de animal de tiro para buscar lenha em longas distâncias, acentuando a criação de gado, que, proibida no litoral nordestino por Portugal, vingou no interior e depois no sul do país. Diversamente da economia açucareira a criação de gado necessitava de extensiva ocupação de terra e deslocamentos periódicos dos animais em busca de água e mercados. Isso fez com que houvesse expansão na ocupação de terras, independentemente de procura, sendo um dos principais fatores da ocupação do interior brasileiro, à custa de expropriação de terra indígena e escravização de sua mão de obra. O mercado se expandiu também às custas do colono que, não tendo capital, primeiramente trabalhava como empregado em uma fazenda por um número de anos, tendo direito à participação do rebanho em formação (na proporção de 4x1), com o que poderia começar sua própria criação. Isso fez que a economia criadora se expandisse, não alcançando, porém, a mesma representatividade da açucareira, mas ambas desencadearam uma baixa economia de subsistência no Nordeste.

Neste período de expansão Portugal ocupou toda a costa até a foz do Amazônia. Trezentos açorianos foram trazidos para ao Maranhão, mas não sendo a terra apropriada para o cultivo açucareiro, a população

passou a sobreviver da caça ao índio, o que a levou à bacia amazônica, resultando na exploração florestal.

Com o declínio da economia açucareira, começou a economia de mineração em Minas Gerais, pautada pela lavra incerta e mobilidade de minerados em busca de outras novas, e alta lucratividade. Essa economia alavancou a pecuária do sul, que subsistia até então mais pelo comércio do couro do que pelo corte, que valia mais nas regiões açucareiras. A expansão mineradora demandou do sul mais gado de corte e também muares para o transporte, sendo o Rio Grande do Sul seu exponencial. Desta forma a economia mineira articulou diferentes regiões do sul do país.

A exportação de ouro cresceu em toda a primeira metade do século, declinando por volta de 1780. A mineração absorvia amplos recursos no estágio inicial impedindo a instalação de um mercado manufatureiro; que, aliás, também não interessava à Portugal que chegou a editar um Decreto proibindo qualquer atividade manufatureira na colônia. Esta só se desenvolveu no Brasil a partir do desenvolvimento manufatureiro de Portugal, e ainda com um certo atraso, porque o ouro propiciava o crescimento endógeno da colônia. O ouro brasileiro junto aos demais produzidos no mundo eram recebidos pela Inglaterra como forma de quitação às exportações, o que fez de Londres o Centro financeiro da Europa.

O declínio do mercado minerador levou a população a uma economia de subsistência, atrofiando a economia monetária. O povoamento feito num sistema de alta produtividade e escassa mão de obra decaiu para uma condição de população desarticulada, trabalhando com baixa produtividade em agricultura de subsistência. Também o mercado açucareiro retrocedeu por um período (voltando a crescer após uma crise no Haiti), de modo que o único que se manteve e até se expandiu foi o de extração florestal, da colônia maranhense.

Nota-se, entretanto, que nunca houve um grande comerciante na colônia, dado ao monopólio da metrópole, de modo que sua maior expressão eram os grandes senhores agrícolas, classe que ocuparia o poder por ocasião da independência.

No século XIX, entre 30 e 40 o Brasil viveu um período de inúmeras revoltas e guerras civis e foi nesse contexto que apareceu o café como fonte de riqueza do país, marcando o fim do período colonial.

Neste período houve conflitos entre os dirigentes da agricultura brasileira e a Inglaterra, advindos do Tratado assinado entre ambos em 1810, que, com o intuito de instituir o sistema liberal, criou um sistema de privilégios, aplicado unilateralmente em favor desta. Outros foram motivados pelo fato de a Inglaterra, por razões morais e também econômicas tentar, inutilmente, eliminar a importação de escravos, uma vez que a escravatura aumentava a depressão no mercado açucareiro.

Nesse período, enquanto nos Estados Unidos o discípulo de Adam Smith, Alexander Hamilton lutava pela industrialização, no Brasil, outro discípulo, o Visconde de Cairu, na crença da mão invisível seguia o mantra *deixai fazer, deixai passar, deixai vender*.

A industrialização brasileira demorou a acontecer, tanto porque a principal economia era agrícola escravista, como também porque Inglaterra dificultava enormemente a exportação de maquinário. Com o declínio da exportação agrícola o país retrocedeu, recaindo na economia de subsistência.

A revolução industrial ingressou tímida no Brasil, na forma de bens e serviços sem afetar a estrutura do sistema produtivo, muito embora se estancasse a mão de obra africana sem uma alternativa para a substituição. Entretanto, se não havia alternativa para mão de obra, houve para a exportação: o café, cujo cultivo ainda se valia do escravismo. Mas, segundo FURTADO⁹, diversamente da economia pecuarista, a cafeeira era formada por homens com experiência comercial; adquiriam terras, recrutavam mão de obra, organizavam e dirigiam a produção, transporte e comercialização do produto nos portos, realizavam contatos oficiais e interferiam na política financeira e econômica.

Até a metade do século XIX o Brasil tinha um milhão de escravos, com alta taxa de mortalidade devido à precariedade de condições e má alimentação. A economia algodoeira nordestina estava em declínio e junto da açucareira, um pouco mais estável, perdia mão de obra escrava para o sul. A diminuição da importação de escravos e a conseqüente intensificação da utilização do trabalho dos disponíveis precarizava ainda mais a população escrava, demandando a busca de nova mão de obra. Nessa fase, enquanto a Europa ingressava na industrialização, o Brasil se

⁹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª ed. Companhia Editora Nacional, SP, 2005p. 118.

expandia na utilização da terra para a economia de subsistência, contando com a pecuária e agricultura com técnica rudimentar. Os trabalhadores na roça normalmente estavam atrelados a grupos econômicos maiores – como o dos pecuaristas – que eram donos das terras onde produziam. Para os pecuaristas o mais importante era ter muitos indivíduos ou famílias trabalhando em suas terras para dispor de mão de obra quando necessitasse e para qualquer fim. De outro lado, crescia a massa urbana sem ocupação permanente, que também não se habituava à disciplina do trabalho agrícola e às condições de vida em fazendas. A solução foi fomentar a imigração europeia. As colônias criadas no país pelo governo imperial recebiam auxílio no transporte, para os custos de instalação e os colonos eram empregados em obras públicas que, criadas para tal fim, se protraíam no tempo, com custos elevados. Quando finalizavam, as colônias eram entregues à própria sorte, e não havendo mercado para o excedente de produção definhavam. Como o programa de imigração governamental não vingou, os cafeicultores passaram a importar mão de obra europeia diretamente com financiamento do governo. O sistema de financiamento logo redundou em servidão temporária, sem limite temporal. E, segundo FURTADO¹⁰: *O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens*. Os colonos vivam isolados e o fazendeiro se constituía como única fonte do poder político. Isto fez com que, num primeiro momento, os colonos arcassem com os custos de viagem, produzissem e participassem com 50% da colheita, sem garantias em caso de perda da mesma. Nos anos 60 os colonos passaram a receber um salário anual e em 1780 o governo passou a responsabilizar-se pelos custos de transporte e instalação, alavancando a imigração.

Na segunda metade do século XIX terminou a escravidão com graves consequências sociais. Os escravos liberados apresentavam grandes dificuldades para sobreviver, pois a agricultura de subsistência se expandia obrigando a migração demográfica para regiões semi-áridas do agreste e da caatinga e os centros urbanos já apresentavam excedente populacional. Na economia açucareira a migração se dava entre engenhos o que facilitava a contratação de ex-escravos a salários

¹⁰ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32. ed. Companhia Editora Nacional, SP, 2005p, p. 128.

baixíssimos, dificultando mudança na forma de produção do trabalho. Na cafeeira, a situação foi um pouco diferente: houve possibilidade de economia de subsistência e absorção de mão de obra, muito embora, às vezes, sendo preterida pela dos imigrantes, mais especializada. Para os contratados, no entanto, houve elevação da margem salarial e um diverso fenômeno social: a melhoria do salário levou ao ócio. Os ex-escravos, por sua formação social, não estavam habituados a relações familiares estruturadas, o que comprometia o aspecto cognitivo e o seu desenvolvimento mental, não os capacitando para responder estímulos econômicos, mas tão somente à supressão de necessidades. Assim, se o que ganhavam em três dias de trabalho bastasse para o restante da semana, não mais trabalhavam, largando-se ao ócio e por vezes à bebida, fazendo uma reprodução *de habitus* que os levou à marginalização social que até hoje subsiste.

A abolição foi uma medida mais política do que econômica, de modo que o Brasil nessa segunda metade do século XIX alcançou grande desenvolvimento, impulsionado pela economia açucareira e algodoeira no nordeste, de subsistência do sul e da cafeeira no sudeste. O desenvolvimento se deu pelo aumento do preço da exportação e diminuição do preço de importação, e aplicação de salários médios para a classe assalariada que já vinha se formando nos períodos anteriores.

Na primeira metade do século XX o centro da economia é o mercado interno. Aumentam as inversões no setor industrial – concomitantemente em toda as regiões do país – com a busca de equipamentos mecânicos e de tecnologia complexa advinda de intercâmbio externo, para num segundo momento, se concentrarem em São Paulo.

Durante a Primeira Guerra Mundial até 1929 foi alavancado o crescimento devido ao aumento das importações. No terceiro quartel do século XX diminui a importância do setor externo no processo de capitalização, devendo as indústrias de bens e capital – principalmente de equipamentos – crescer mais do que as do setor industrial, num capitalismo concorrencial que resistiu até 1950, aproximadamente.

A partir de então, segundo FERNANDES¹¹, o capitalismo se orientou para a forma monopolista reorganizando o mercado e o sistema de

¹¹ FERNANDES. Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. 2ª impressão. Editora Globo. SP. 2006 p. 264.

produção mediante operações comerciais, financeiras e industriais de “da grande corporação”¹², estrangeira, estatal ou mista.

No governo de Juscelino Kubitschek as grandes corporações só conquistaram espaços econômicos limitados, devido ao pensamento neocolonial das elites brasileiras, mas ganharam sua expansão com a ajuda dos governos militares pós 64, na chamada modernização institucional.

O capitalismo monopolista, de acordo com FERNANDES¹³, cria pressões enormes sobre a organização, funcionamento e desenvolvimento das economias periféricas, como a do Brasil, porém, seu ponto estratégico está nas economias centrais, atendendo às suas necessidades através de matéria-prima, capacidade de consumo ou de produção, comércio externo, recursos humanos, excedente econômico. Isso faz com que cresça a oferta de emprego, inclusive com melhores salários, porém restritos a uma pequena camada da população, já que o trabalho é racionalizado, informatizado, automatizado e o uso de capital incrementado. No entanto, ainda em FERNANDES¹⁴, é toda a população que paga o preço da pressão externa: aumento de preços, escassez de utilidades, desorganização do comércio, tanto pelos intermediários com pelos produtores, controles econômicos ineficazes posto que atrelados à decisão do comprador, inflação e criação de práticas financeiras exclusivistas. É o comércio externo que marca o compasso do excedente econômico e de todas as formações econômicas vivas, aumentando a desigualdade no desenvolvimento periférico, fomentando um mercado de consumidores de luxo e de médios e grandes investidores, com direta interferência no social, no econômico e na política.

O monopolismo desencadeia um imperialismo total, conquistando economias, sociedades, num processo de *unidimensionalização do ser humano*, no dizer de COELHO¹⁵, que amolda seu comportamento a padrões heterônomos e funda culturas hospedeiras.

¹² Segundo Fernandes, são agentes econômicos que operam “diretamente por meio de filiais, ou mediante concessionárias” 14, explorando “a produção e fornecimento de energia elétrica; operação de serviços públicos, exportação de produtos agrícolas e derivados”.

¹³ FERNANDES. Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. 2ª impressão. Editora Globo. SP 2006 p. 316.

¹⁴ FERNANDES. Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. 2ª impressão. Editora Globo. SP 2006 p. 317

¹⁵ COELHO, Luiz Fernando. *Saudade do futuro*. Transmodernidade, direito, utopia. 2. ed. 3ª reimpressão. Juruá Editora. Curitiba. 2017, p. 40

Crítica ao capitalismo

Aquele que maneja o excedente detém o poder econômico e também o político, cultural e policial sobre os demais, criando uma hegemonia que sabota qualquer possibilidade de transformação social. O excedente é produzido no trabalho objetivado do indivíduo trabalhador que transforma natureza em produto, que numa relação de troca se faz mercadoria. A troca é desigual diante da mais valia produzida em favor do proprietário dos meios de produção.

A mais valia acaba por ser capital produzido “a partir do nada”, na avaliação de Dussel¹⁶, pois o capital gerado não paga, pelo salário, a atividade criadora advinda da subjetividade do trabalhador (trabalho vivo) mas tão somente sua força de trabalho objetivada na relação de troca. A mais valia valoriza a quantidade de tempo para o trabalhador produzir o trabalho, porém numa quantidade maior do que o realmente necessário, e este tempo “a mais” (sobretalho) resta impago, configurando o excedente do empregador. A lógica capitalista reduz o tempo de trabalho necessário e aumenta o excedente, que vem a constituir a base de distribuição de rendimento e acúmulo de capital. Assim, o trabalho produtivo não se restringe a produzir mercadorias mas, sim e essencialmente, a produzir mais valia. Para alcançar seu objetivo final, que é o aumento da taxa de mais valia, o capitalista aumenta a produtividade investindo na ciência e na técnica, em avanços tecnológicos, maquinários e equipamentos de ponta, na melhor organização e produção do trabalho, anulando a subjetividade do trabalhador. Essa é disparidade contratual que o capitalismo oculta, porque confunde lucro com mais valia. O produto do processo de trabalho (que soma valor do salário e dos meios de produção) é colocado no mercado, mediante um preço expresso em dinheiro, de modo que é vendido por um valor maior do que aquele inicialmente gasto. Esse dinheiro que se sobrepõe ao valor inicial é o lucro. Porém o que o lucro esconde é a mais valia, o fundamento oculto no nível da produção, o trabalho vivo objetivado impago.

O capital é a valorização do valor que circula entre todas as determinações (seus portadores), de modo que assegura a seu proprietário sua permanência no tempo. Ele é sujeito único da apropriação das determi-

¹⁶ DUSSEL, Enrique, *16 tesis de economía política*. Interpretación filosófica, Siglo XXI Editores, México, 2014 p. 8.

nações representadas pelo dinheiro, meios de produção, trabalho vivo, produto e “n” valor”. Assim, é proprietário do capital que contém em si uma alienação essencial: a do trabalho vivo, apropriado como uma coisa a ser paga pelo valor do trabalho, quando na verdade, o que pode ser medido em valor é somente a força do trabalho, e que ainda assim não poderia ser possuída por outra pessoa senão pelo próprio trabalhador. Assim, todas as determinações se convertem em possibilidades ou mediações de um único proprietário, de um sujeito de poder que se apropria dos excedentes, seja ele o proprietário de uma empresa, um dominador, um monarca, um Estado, uma Nação.

O capital é, por fim, a circulação ontológica – do capital industrial, comercial ou financeiro – como totalidade, unidade que se dá por ramos, nações ou mundialmente. Sendo assim, cria mercado não só de produtores, mas principalmente de consumidores, gerando dependência, que pode resultar em competição entre capitais ou subsunção a um monopólio, (de matéria prima, por exemplo, que lhe fixa preço), que, detido por uma só Nação, resulta em Imperialismo.

A economia capitalista iguala preço a valor, numa identidade puramente formal, autorreferente, tal como no capitalismo neoliberal; não compreendendo que trabalho é consumido e não pago, perpetuando a injustiça.

Em busca de crescimento, de desenvolvimento e para aumentar o lucro já alcançado, o capital diminui o valor das mercadorias, diminui o tempo de produção e aumenta a mais valia (excedente da produção). A fim de aumentar as taxas de lucro o capital compete consigo mesmo (aumentando a produtividade graças a técnicas nos meios de produção) e também com outros capitais. Quanto menor a composição orgânica (aparelhamento tecnológico) de um capital, menos competitivo é, pois o capital com maior composição orgânica terá uma mercadoria de menor valor, estabelecendo vantagem sobre os demais. Esse é o ingrediente basilar no fenômeno da globalização,

A concorrência entre capitais estabelece uma dominação de um capitalista sobre outro, que não cria mais valia, mas se apropria da mais valia já criada pelos trabalhadores do capitalista “menor”, num processo de expropriação de capitalistas menores. Conseguindo reduzir o valor das mercadorias a um preço menor que o social médio, aniquila os demais

capitalistas. De sua parte, os capitais menos desenvolvidos buscarão a recuperação da mais valia transferida sobre-explorando o trabalhador. Esta é a receita das transnacionais que acabam por se tornar verdadeiros monopólios, estabelecendo o capitalismo como um sistema econômico em que países mais adiantados colonizam os demais (dependentes). E, ainda que se deixe a tradicional competição de lado, forma uma nova, entre capitais conglomerados e potências capitalistas.

De todos esses capitais, o mais expropriatório é o financeiro dos países centrais e sua forma mais extorsiva se dá com relação à quebra de bancos de países periféricos, quando recomendam sua salvação mediante empréstimos, cujo pagamento é realizado pela população de tais países através do aumento de impostos e com a diminuição de investimento em desenvolvimento e serviços sociais. Também a privatização de bancos nacionais periféricos a indústria da guerra são formas amplamente utilizadas para a transferência de recursos e obtenção de lucro para o capital central.

O comércio de armas aumenta o capital mundial graças ao aumento da violência e à diminuição da vida no mundo, numa completa inversão ontológica.

Marx se contrapôs o modelo capitalista postulando pela realização de um trabalho vivo, por indivíduos livres, com meios comunitários, constituindo-se como uma forma de redenção ao trabalho escravo e a todo tipo de dominação. Entretanto, mesmo a planificação estatal da economia, solução do socialismo real do século XX, não era equivalencial, posto que o excedente da produção não era gerido pelas mãos que o produzia, mas sim pelo Estado. E, diante do modo como foi implantado, fracassou.

O que se busca, então, é a superação do capitalismo e também do socialismo real, para um novo modelo de economia cujos postulados ponham limite aos desejos desenfreados e patológicos criados pelo capitalismo e que levam, no dizer de Dussel¹⁷, ao suicídio ecológico coletivo.

Um pressuposto para o transcapitalismo seria o do desenvolvimento de uma economia que se comporte como um subsistema de uma nova ciência: a ecológica, deixando de ser uma economia de reprodução, desenvolvimento e acumulação de capital para uma economia de produção, reprodução e crescimento qualitativo da vida.

¹⁷ DUSSEL, Enrique. *16 tesis de economía política*. Interpretación filosófica, Siglo XXI Editores, México, 2014 p. 136.

Considerações finais

A natureza transformada em produto pelo ser vivente está esgotando e poderá acabar com a vida humana na terra. Postula-se por uma ecologia que sane a relação da subjetividade do vivente com sua exterioridade – social, animal, vegetal, cósmica – que está implodindo a humanidade sob modelos midiáticos massificantes. Isso poderá ser possível através de uma articulação ético política entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana), denominada por Guattari¹⁸ de ecosofia!!!

É sobre a vida no planeta que se trata. A densidade demográfica e a aceleração das mutações técnico-científicas levarão às forças produtivas a maximizarem o tempo disponível do indivíduo, o que por um lado poderá levar ao um despertar criativo, mas por outro, e mais provável, dado ao desenvolvimento civilizatório, desencadear o desemprego, a marginalização, o ócio, e o mal estar já antevisto em Freud.

É necessária uma revolução política, social e cultural que reoriente os objetivos da produção de bens materiais e imateriais, hoje assentados no lucro e nas relações de poder, com base não apenas nas relações de força visíveis, mas nos domínios da sensibilidade, da inteligência e do desejo. Um paradigma ecosófico que oriente a recomposição da práxis nesses diversos domínios, atenta aos dispositivos de produção de subjetividade, orientados para a ressingularização individual e coletiva.

A ecosofia social tratará da recomposição do ser em grupo, para além dos campos comunicacionais, mas do existencial, voltado às práticas de experimentações nos níveis micro e macrossociais, de construção de territórios existenciais singulares e coletivos, atenuando o vazio deixado pela exacerbação da produção de bens materiais e imateriais. Práxis de contexto existencial, interseccional, que rompa com pretextos sistêmicos hierarquizados (aliás, como faz o próprio capitalismo monopolista, que atua num bloco produtivo-econômico-subjetivo, estruturalmente desierarquizado).

A ecosofia mental estimulará à singularização do indivíduo no exercício da alteridade para que fique imune à uniformização midiática,

¹⁸ GUATTARI, Félix. *As três Ecologias*. 11. ed. Editora Papirus, Campinas - SP 2001 (2001).

telemática, às manipulações publicitárias, à opinião pública, das quais se utiliza o Capitalismo monopolista, estabelecendo uma nova relação com seu corpo, com os “fantasmas”¹⁹ e com a finitude. Uma reorientação do inconsciente de suas fixações arcaicas para um engajamento de projeção no futuro, resgatando campos de virtualidade futuristas e construtivistas. E que no campo estético incentive sempre a invenção do novo, a partir do zero, rompendo paradigmas acadêmicos e dogmáticos, fazendo que o sujeito evolua, inove, inaugure aberturas prospectivas, reinventando-se continuamente.

As relações do *socius* com a natureza também demandam maior responsabilidade e engajamento, apontando no sentido de gestão coletiva para reorientação da ciência e da técnica a finalidades mais humanas, recompondo objetivos e métodos às condições atuais, sem almejar um impossível resgate de um estado anterior às revoluções industriais, informáticas, robóticas pelas quais passou a humanidade. Mas é preciso mudar a lógica das comunicações autorreferentes entre falantes, para uma lógica de intensidade, eco-lógica, que leve em conta os movimentos e a intensidade de processos evolutivos, num processo de se constituir, de se definir, de se desterritorializar²⁰, de “se-por-a-ser”.

O capitalismo monopolista estende seu poder, não mais e apenas sobre as relações de produção, mas sobre as estruturas produtoras de subjetividade, através da mídia, publicidade, sondagem. Assim a subjetividade capitalística gera (territorializa) o mundo da infância, do amor, da arte, da loucura, da dor e da morte, através de seus agregados subjetivo ligados à *raça*, à *nação*, ao *corpo profissional*, à *competição esportiva*, à *virilidade dominadora*, à *star da mídia*²¹. A subjetividade capitalística cria vontade de poder e de desfrute imediato, o que resulta em dominação e hierarquia entre raças, classes, gêneros e idades.

Diante dessa construção de subjetividade pelo capital, a ecologia ambiental, segundo GUATTARI²², deve deslocar a centralidade da luta

¹⁹ O termo Frances “fantasme” (fantasma) indica determinada formação imaginária e não o mundo das fantasias, a atividade imaginativa em geral. O fantasma ou fantasia faz parte da realidade psíquica do sujeito e não da realidade compartilhada.... Lacan salienta que o fantasma é o suporte do desejo. Disponível em: <http://www.movimentopsicanalitico.com.br/publicacoes.php?id_pub=15&id=2>.

²⁰ Território: Metáfora utilizada por Foucault para definir o campo da psicanálise para construção do saber.

²¹ GUATTARI, Félix. *As três Ecologias*. 11. ed. Editora Papyrus, Campinas - SP. 2001, p. 34.

²² GUATTARI, Félix. *As três Ecologias*. 11. ed. Editora Papyrus, Campinas - SP. 2001, p. 36.

de classe para evidenciar a articulação entre as três ecologias, “pondo em causa” todo o conjunto de subjetividades e das formações do poder capitalista. Afinal a responsabilidade do humano com a natureza não é dissociada de sua relação com os demais, estando diretamente ligada a comportamentos individuais e sociais. É preciso mudar a mentalidade do humano para um estilo de vida que priorize a solidariedade, o compartilhamento, a alteridade, o dissenso e o consenso, numa desconstrução da subjetivação capitalística, para possibilitar uma nova singularização.

Uma atualização da subjetividade – voltada a singularização individual e coletiva – pode ressignificar o trabalho e às demais atividades humanas com critérios diversos daqueles voltados ao rendimento e do lucro, mobilizando grupos de indivíduos e segmentos sociais à criação de novos territórios existenciais. Caso contrário, outros empreendimentos, nacionalistas reacionários e avessos à inovação, vão continuar a assumi-los.

Ressignificações demandam a criação de novos sistemas de valores, diversos do capitalista que homogeneiza todos num sistema de retribuição e reconhecimento voltados aos dígitos. Um exemplo é o índice de Felicidade Interna Bruta, criado no Butão, em contrapartida ao índice de riqueza material, que desfetichiza o capital, recolocando o fundante em primazia ao fundado, num processo de reorientação valorativa subjetiva individual e coletiva, diante da garantia aos direitos sociais. Outro é o da Universidade de Pés Descalços, criada pelo educador Bunker Roy, na região do Rajastão, na Índia, onde ensina, mulheres e homens de comunidades rurais (muitos deles analfabetos), a se tornar artesãos, engenheiros de energia solar, dentistas e médicos em seus próprios povoados. Na perspectiva ambiental, surgem movimentos que tanto preservam a biosfera para proteção da vida humana, como para a proteção de todos os tipos de vida, como os veganos, e ainda outros, que, desfocados do paradigma sustentável antropocêntrico, preservam e implementam a vida da Terra.

São necessários mais e novos sistemas que permitam, diante de deliberação coletiva, a criação de empreendimentos mais singulares, dissensuais (entre modos de ser), não regidos pelo tempo de trabalho abstrato nem pelo lucro capitalista, mas que possam vir a estar em alta em novas Bolsas de Valores.

NOVAES, Adauto. *Org. Utópico – o novo espírito*. Artepensamento. Rio de Janeiro. 2015.

OFÍCIO DA HISTÓRIA: *O Mercantilismo e a Colonização da América*. Disponível em: <<http://oficiodahistoria.blogspot.com.br/2008/11/o-mercantilismo-e-colonizacao-da-amrica.html>> .

SÓ HISTÓRIA. *Transformações no período medieval – a monarquia portuguesa*. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/centralizacaopoder/p3.php>> .

SOUZA, Jessé. *A tolice da Inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. Leya. SP. 2015.

André Peixoto de Souza - Doutor em Direito do Estado pela UFPR (2010) e Doutor em Filosofia, História e Educação pela UNICAMP (2011). Mestre em Direito do Estado pela UFPR (2003), Especialista em Direito Tributário pelo IBEJ (1999). Coordenador do Curso de Direito da UFPR. Professor pesquisador do Mestrado em Direito da UNINTER. Professor de Economia Política nas Faculdades de Direito da UFPR, UNINTER e UTP. Professor de Filosofia e História do Direito na Escola da Magistratura do Paraná (EMAP). Membro do Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD). Líder do Grupo de Pesquisa “Direito, História e Poder Judiciário” e pesquisador da Linha “Teoria e História da Jurisdição” do curso de Direito da UNINTER. Colunista do “Canal Ciências Criminais”. Advogado. Vínculo: Professor pesquisador do Mestrado em Direito do Centro Universitário Internacional - UNINTER - Telefone: (41) 988296318. E-mail: andre.s@uninter.com

Marilis de Castro Muller - Advogada pós-graduada pelo Centro Universitário de Curitiba e especializada pela UNIBRASIL - APEJ, em Direito Material e Processual do Trabalho, mestranda pelo Centro Universitário Internacional UNINTER, na área de concentração Poder, Estado e Jurisdição, linha de pesquisa: Teoria e História da Jurisdição. Vínculo: Mestrado em Direito do Centro Universitário Internacional - UNINTER. TELEFONES: (41) 3503-4599 (41) 99917-1137. E-mail: marilis_adv@yahoo.com.br